

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.892, DE 1997 (Apensos os PLs nºs 3.615/97 e 3.764/97)

Suprime a alínea “d” do inciso XII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências.

Autor: Deputado PEDRO VALADARES

Relator: Deputado MARCOS CINTRA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.892, de 1997, de autoria do Deputado Pedro Valadares, visa a suprimir a alínea “d” do inciso XII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 1996, que instituiu o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, no sentido de possibilitar a opção pelo regime simplificado às pessoas jurídicas que realizem operações relativas a propaganda e publicidade.

O apensado Projeto de Lei nº 3.615, de 1997, do Deputado João Faustino, também visa a facultar a opção pelo SIMPLES às agências de publicidade, alterando, entretanto, os limites de receita bruta que, para essas empresas, seriam de até R\$ 120.000,00 para enquadramento no conceito de microempresa, e de R\$ 120.000,00 até R\$ 1.000.000,00 para enquadramento no conceito de empresa de pequeno porte.

Finalmente, o apensado Projeto de Lei nº 3.764, de 1997, do Deputado Augusto Nardes, da mesma forma, permite às pessoas jurídicas que prestem serviços profissionais de publicitário a opção pelo SIMPLES e, para tanto, também revoga a alínea “d” do inciso XII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 1996, e, ainda, suprime o termo “publicitário”, constante do inciso XIII do mesmo artigo, que veda a opção pelo Sistema às empresas que prestem serviços relativos a profissões cujos exercícios dependam de habilitação profissional legalmente exigida.

Os feitos vêm a esta Comissão para verificação da compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária, bem como para apreciação do mérito, não tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

II - VOTO DO RELATOR

A ampliação do número de optantes pelo sistema de pagamento de tributos e contribuições do SIMPLES, de modo geral, representa, a nosso ver, importante fator a impulsionar a atividade econômica realizada pelas microempresas e empresas de pequeno porte, tornando conseqüente o mandamento constitucional contido nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal. A inclusão das empresas de propaganda e publicidade como beneficiárias do referido sistema vem eliminar sua injustificada exclusão na Lei nº 9.317, de 1996.

Como é amplamente sabido o SIMPLES tem por objetivo primordial o fortalecimento da pequena e da microempresa, facilitando tanto a apuração quanto o recolhimento de tributos ao erário. Como resultado, vê-se que ele possibilita trazer à legalidade várias empresas que antes atuavam na informalidade, permitindo ampliação da base de contribuintes e até mesmo a elevação do montante arrecadado. Além disso, ele promove economia de despesas aos cofres públicos, já que induz o incremento da produtividade da administração e da fiscalização dos valores arrecadados. Assim, tendo em vista tais fatos, não vislumbramos perda financeira para o erário em decorrência do elastecimento dos casos de opção pelo SIMPLES.

Diante do exposto, não vemos prejuízo às finanças públicas federais em decorrência dos projetos de lei sob exame, razão pela qual entendemos que se encontram em conformidade com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e as normas pertinentes a eles e à receita e despesa pública.

Relativamente à alteração dos limites de receita bruta para as agências de publicidade, conforme prevê o PL nº 3.615, de 1997, ressaltamos que a legislação atual já atende ao proposto, pois o limite vigente é de R\$ 1.200.000,00.

No contexto da legislação do SIMPLES, o PL nº 3.764, de 1997, é o que apresenta a redação mais adequada para o objetivo visado.

Portanto, votamos pela compatibilidade e pela adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 2.892, de 1997, bem como dos Projetos de Lei apensos nºs 3.615/97 e 3.764/97, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.764, de 1997, e pela rejeição dos demais.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado MARCOS CINTRA

Relator